



# DE 13 A 17 NOVEMBRO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

Projeto de Lei 666/XIII

Cria a Ordem dos Assistentes Sociais

Autoria: PS

Projeto de Resolução 1117/XIII

Recomenda ao Governo que introduza na contratação pública mecanismos que assegurem maior qualidade nas refeições escolares

Autoria: CDS-PP

## **CONCORRÊNCIA**

[Comunicado 20/2017 - Comunicado conjunto AdC/IMPIC](#)

A Autoridade da Concorrência (AdC) vai passar a ter acesso direto e permanente à totalidade dos procedimentos tramitados nas plataformas de contratação pública, no âmbito de um protocolo assinado hoje com o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), instituição que gere o Portal Base e o Observatório das Obras Públicas.

Os dados sobre contratação pública serão analisados pela AdC recorrendo a métodos quantitativos e de natureza estatística e econométrica, nomeadamente através da aplicação de screens com vista à determinação de padrões de comportamento que indiquem situações de conluio.

A AdC terá efetivo acesso aos dados, nos termos do CCP e do Protocolo, a partir do dia 1 de janeiro de 2018.

## **ENERGIA**

[Portaria n.º 348/2017 - Diário da República n.º 219/2017, Série I de 2017-11-14](#)

Estabelece o regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade com um comercializador em regime de mercado, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro, e pela Lei n.º 105/2017, de 30 de agosto de 2017

## **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Fundos de Investimento - setembro de 2017](#)

16.11.2017

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - setembro de 2017](#)

14.11.2017

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - setembro de 2017](#)

14.11.2017

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - outubro 2017](#)

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - outubro 2017](#)

[Consulta pública da ESMA sobre proposta de alteração ao RTS 1 da DMIF II](#)



## **NACIONALIDADE**

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7/2017 - Diário da República n.º 221/2017, Série I de 2017-11-16](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Acórdão do STA de 21-09-2017, no Processo n.º 567/17. Uniformiza/confirma a jurisprudência do STA, nos seguintes termos: Só a condenação, com trânsito em julgado, pode obstar à aquisição da nacionalidade. Se a condenação não se verificava à data em que foi instaurada pelo MP a oposição à aquisição de nacionalidade, constituindo mera circunstância de verificação futura incerta e eventual, a oposição à aquisição da nacionalidade com o fundamento previsto na alínea b), do artigo 9.º da Lei da Nacionalidade sempre teria que improceder, não sendo de aplicar o regime da suspensão da instância previsto no n.º 1 do art.º 272.º do Código do Processo Civil



## **SEGURANÇA**

[Decreto n.º 39/2017 - Diário da República n.º 222/2017, Série I de 2017-11-17](#)

Aprova o Acordo de Segurança entre a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos, a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a Proteção da Informação Classificada da Força de Gendarmaria Europeia (EUROGENDFOR), assinado em Roma, em 3 de fevereiro de 2017



## **STARTUP VISA**

[Portaria n.º 344/2017 - Diário da República n.º 218/2017, Série I de 2017-11-13](#)

Define, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 60.º e no n.º 4 do artigo 89.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada pelas Leis n.os 29/2012, de 9 de agosto, 56/2015, de 23 de junho, 63/2015, de 30 de junho, 59/2017, de 31 de julho, e 102/2017, de 28 de agosto, o regime de certificação aí previsto de incubadoras com vista ao acolhimento de estrangeiros empreendedores que pretendam desenvolver um projeto de empreendedorismo e/ou inovação em Portugal

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

---



ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Measuring the Information Society Report 2017](#)

UIT divulga a 9.ª edição do relatório de avaliação da sociedade de informação.

17.11.2017

[Legislação - atualização da informação](#)

Decreto-Lei n.º 136/2017, de 6 de novembro; Decisão de Execução (UE) 2017/2077 da Comissão, de 10 de novembro.

17.11.2017

[ANACOM já realizou este ano 37 ações de fiscalização em cooperação com a Autoridade Marítima Nacional](#)

As ações de fiscalização incidiram sobre mais de 170 embarcações pesqueiras e de recreio e foram feitas em cooperação com a Autoridade Marítima Nacional.

16.11.2017

[TMDP - percentagens definidas pelos municípios: atualização da informação](#)

Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aprovada para 2018.

13.11.2017

[Rede postal e oferta de serviços dos CTT - 2.º trimestre de 2017](#)

ANACOM disponibiliza o relatório sobre a rede postal e oferta de serviços dos CTT no final de junho de 2017.

13.11.2017

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

#### BANCO CENTRAL EUROPEU

[Parecer do Banco Central Europeu, de 4 de outubro de 2017, sobre uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(UE\) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão \(Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados\) e o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012 no que respeita aos procedimentos e às autoridades envolvidos na autorização das CCP e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros \(CON/2017/39\)](#)

[Parecer do Banco Central Europeu, de 11 de outubro de 2017, sobre uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações \(CON/2017/42\)](#)

#### DIRETIVAS

[Diretiva \(UE\) 2017/2096 da Comissão, de 15 de novembro de 2017, que altera o anexo II da Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida](#)

#### DECISÕES

[Decisão \(UE\) 2017/2104 do Conselho, de 6 de novembro de 2017, relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Normas de Qualidade dos Produtos Agrícolas da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa \(UNECE-WP.7\) sobre propostas de normas de qualidade aplicáveis às frutas e produtos hortícolas](#)

[Decisão \(UE\) 2017/2097 do Banco Central Europeu, de 3 de novembro de 2017, relativa à metodologia de cálculo do montante das sanções aplicáveis em caso de infração aos requisitos de superintendência de sistemas de pagamentos sistemicamente importantes \(BCE/2017/35\)](#)

[Decisão \(UE\) 2017/2098 do Banco Central Europeu, de 3 de novembro de 2017, relativa aos aspetos processuais da imposição de medidas corretivas por incumprimento do Regulamento \(UE\) n.º 795/2014 \(BCE/2017/33\)](#)

[Decisão \(PESC\) 2017/2073 do Conselho, de 13 de novembro de 2017, que altera a Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Decisão Delegada \(UE\) 2017/2075 da Comissão, de 4 de setembro de 2017, que substitui o anexo VII da Diretiva 2012/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um espaço ferroviário europeu único](#)

[Decisão \(UE\) 2017/2076 da Comissão, de 7 de novembro de 2017, que altera a Decisão 2009/607/CE no que se refere ao período de validade dos critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE a revestimentos duros \[notificada com o número C\(2017\) 7247\]](#)

#### REGULAMENTOS

[Regulamento \(UE\) 2017/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(UE\) n.º 1380/2013 relativo à política comum das pescas](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/2094 do Banco Central Europeu, de 3 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(UE\) n.º 795/2014 relativo aos requisitos de superintendência de sistemas de pagamentos sistemicamente importantes \(BCE/2017/32\)](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/2061 do Conselho, de 13 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades](#)

[Regulamento de Execução \(UE\) 2017/2064 do Conselho, de 13 de novembro de 2017, que dá execução ao artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento \(CE\) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, e que altera o Regulamento de Execução \(UE\) 2017/1420](#)

#### INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

[Síntese do Parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados sobre a proposta de regulamento relativo à eu-LISA](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/2095 do Banco Central Europeu, de 3 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 2157/1999 relativo ao poder do Banco Central Europeu de impor sanções \(BCE/2017/34\)](#)



#### COMISSÃO EUROPEIA

[Declaração do Presidente Juncker sobre a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

[Agenda Europeia da Migração: Consolidação dos progressos realizados](#)

[O Futuro da Europa: Rumo a um Espaço Europeu da Educação até 2025](#)

[Próximas medidas contra as notícias falsas: Comissão cria grupo de peritos de alto nível e lança consulta pública](#)

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

1. O decreto-lei que determina o **regime transitório a que ficam sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização** com recurso a espécies florestais.

2. No Dia Nacional do Mar foi aprovado um conjunto de diplomas que concretizam o **Programa do Governo na área do Mar**:

- A resolução que constitui e estabelece as condições de funcionamento da Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico.

- A Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026, definindo um programa estratégico de apoio à dinamização da atividade portuária e à simplificação administrativa.

- Foi aprovada a Estratégia Industrial e o Plano de Ação para as Energias Renováveis, estabelecendo linhas de orientação quanto ao aproveitamento de energias renováveis obtidas através de infraestruturas instaladas ou a instalar em zonas costeiras e no oceano.

No âmbito da resposta aos desafios definidos para o setor do mar, a Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO) assume como objetivo principal criar as condições para a emergência de um novo cluster industrial exportador, com o potencial de gerar até 2020 o volume de 280 milhões de euros em valor acrescentado bruto, 254 milhões de euros de investimento e 1500 novos empregos diretos, com uma contribuição para o crescimento da balança comercial de 118 milhões de euros.

A EI-ERO e respetivo Plano de Ação também contribuem para a materialização dos Port Tech Clusters, posicionando a rede portuária nacional como plataforma de aceleração da investigação universitária e inovação industrial, especializando os portos e os estaleiros nacionais no cluster emergente das energias renováveis oceânicas e gerando uma nova base de clientes, de crescimento e de emprego. Além disso, as energias renováveis oceânicas poderão suprir 25% do consumo nacional anual de eletricidade, diminuindo 20% da dependência energética nacional.

- Foi aprovada a proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para a criação do Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos (SNEM), estabelecendo as condições de funcionamento e de acesso à informação aí inserida.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

3. Foram aprovados **dois decretos-leis que transpõem para a ordem jurídica interna as diretivas europeias** referentes às seguintes matérias:

- Alteração do **regime da qualidade da água para consumo humano** (Diretiva 2015/1787/UE), atualizando as obrigações das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água, tendo em vista melhorar os mecanismos de controlo da qualidade da água desde a captação na fonte até à torneira do consumidor;

- **Alteração do regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados** suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente (Diretiva 2014/52/UE).

Entre outras mudanças, o diploma consagra a necessidade de avaliar outros fatores ambientais, entre os quais se destacam o solo, as alterações climáticas e os impactos do projeto sobre a saúde humana. Aprova ainda novos requisitos para os peritos envolvidos na elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e altera os prazos para consulta pública e o para cumprimento de obrigações de comunicação.

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011*